

O laicismo e o catolicismo em Pelotas: alguns reflexos no campo do ensino superior

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral¹ - UFPel

O presente texto abordará aspectos do laicismo e do catolicismo no campo educacional em Pelotas tendo como pano de fundo a disputa político-ideológica entre a Maçonaria e a Igreja Católica.

Cabe esclarecer que, neste estudo, laicismo é compreendido conforme a definição de ZANONE (1995, P. 670) que ao levar em conta as suas diferentes significações identifica-o com “cultura leiga” e “Estado leigo”. Por cultura leiga entende-se aquela que se desenvolveu desde a Renascença, tendo como principal referência a idéia de separação entre o pensamento político e os problemas religiosos. Estado leigo, por sua vez, é aquele que se contrapõe ao Estado Confessional, ou seja, que se contrapõe ao Estado que assume como sua uma determinada religião e privilegia seus fiéis em relação aos crentes de outras religiões e aos não crentes. Portanto, segundo o autor,

“é a esta noção de Estado leigo que fazem referência as correntes políticas que defendem a autonomia das instituições públicas e da sociedade civil de toda diretriz emanada do magistério escolástico e de toda interferência exercida por organizações confessionais; o regime de separação jurídica entre o Estado e a Igreja; a garantia da liberdade dos cidadãos perante ambos os poderes”.

O termo *laicismo* prende-se ao conceito de *secularização*, que é o processo de perda progressiva dos valores cristãos, gerados pela expansão do capitalismo, que provocou inúmeras mudanças no campo social e cultural. Mudanças essas impulsionadas, no Brasil, ainda no século XIX, por movimentos ligados à idéia de modernidade, ou seja, de cunho liberal e republicano. Segundo MANUEL (1992, p. 26) eram emblemas desse mundo moderno que trazia a ciência, a tecnologia, a

¹ Professora da FaE/UFPel - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Pesquisadora do CEIHE - Centro de Estudos e Investigações em História da Educação.

modernização dos meios de produção e de transportes: a liberdade de credo e de consciência, a rotatividade do poder executivo, a participação popular (ainda que limitada), o questionamento da sociedade patriarcal e a indicação da educação para todos (inclusive para as mulheres). O autor lembra que o catolicismo brasileiro rejeitou a modernidade que era identificada pela Igreja a laicismo, ateísmo, liberalismo, positivismo, feminismo, maçonaria e comunismo.

A postura da Maçonaria quanto à tolerância religiosa e filosófica e o seu caráter de sociedade secreta ligada a movimentos revolucionários, representava para a Igreja um risco à manutenção da ordem pública e do *status quo* do Catolicismo e da monarquia européia. Esta situação se torna mais crítica com a Unificação Italiana, que acarretou a extinção da autoridade temporal do papa que, em 1870, recolheu-se ao Vaticano, não tendo mais poder de governo sobre o território italiano. Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, vários são os documentos pontifícios que emitem duras críticas à Maçonaria, acusando-a de ter a intenção de destruir toda a ordem civil e religiosa estabelecida pelo cristianismo.²

Apresentando como lema os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” propugnados pelas revoluções liberais democráticas, a Maçonaria encontrou no Brasil colonial e imperial um terreno fértil para a propagação das idéias iluministas e liberais do século XVIII. Desta forma, os maçons tiveram influência decisiva em muitos acontecimentos ligados ao processo de independência, da abolição da escravatura e da proclamação e implantação do sistema republicano brasileiro.

² A encíclica *Humanum Genus* emitida por Leão XIII, em 20 de abril de 1884, foi o documento pontifício que expôs mais claramente a “teoria conspiratória da Maçonaria”. Nela são enumeradas várias acusações contra essa Instituição, tanto por parte de papas que precederam Leão XIII, quanto por governantes de diversos estados europeus como a Holanda, Áustria, Suíça, Espanha, Baviera, Savóia e partes da Itália. Segundo essa encíclica, a Maçonaria exaltava e preconizava a separação da Igreja em relação ao Estado, o que excluiria das leis e da administração pública o “salutar influxo da religião católica”. Esse documento apostólico causou um grande impacto entre os católicos e os maçons. Tal fato provocou manifestações de ambas as partes, através de congressos, organização de associações, revistas e livros que se sucederam até o início do século XX.

Durante o período imperial, a atividade maçônica desenvolveu-se com o apoio e a participação da Igreja e do Estado em função do objetivo comum de consolidar o recém instituído regime monárquico brasileiro. No entanto, a pressão anti-maçônica desencadeada pelo Vaticano, no final do século XIX, deflagrou um clima de conflito político-ideológico entre a Igreja Católica e a Maçonaria.³

No Brasil, o regime republicano consolidou a separação entre a Igreja Católica e o Estado. Até então, o Catolicismo era a religião oficial do país, o casamento religioso tinha validade civil e os clérigos recebiam salários do governo. O *padroado*, por sua vez, submetia a Igreja à tutela governamental, pois as decisões do Vaticano deviam receber o *beneplácito*, ou seja, a aprovação do governo, para terem validade em nosso país. Com a Constituição Republicana de 1891 foi posto fim ao *regalismo*⁴ que sustentava essa inter-relação de interesses entre a Igreja e o Estado.

É importante assinalar que o processo de Proclamação da República resultou do triunfo das idéias liberais de políticos ligados fundamentalmente à ideologia positivista e à Maçonaria, que neste período era considerada pelo Vaticano como a grande inimiga da Igreja Católica. Portanto, a compreensão da disputa político ideológica travada entre a Maçonaria - que congregava interesses de positivistas, republicanos, liberais, espíritas e protestantes - e a Igreja Católica no Brasil, nas primeiras décadas do regime republicano, não pode ser desvinculada de um contexto internacional mais amplo.

É inegável que a Igreja e a Maçonaria exerceram influência decisiva em muitos acontecimentos políticos e sociais de nosso país. Essas duas Instituições entraram o século XX num clima de conflito político-ideológico desencadeado tanto por questões oriundas das determinações do Vaticano, que acentuaram o processo de *romanização*⁵

³Esse tema é abordado com maior profundidade em AMARAL (1999).

⁴ Doutrina que defende a ingerência do chefe de Estado em questões religiosas.

⁵Processo de centralização do poder da Igreja Católica em Roma, no Vaticano.

da Igreja e de perseguição desta aos maçons – já mencionada - como por questões internas que diziam respeito à nossa política nacional, como o processo da implantação do sistema republicano laico.

A reorganização das escolas católicas no Brasil foi uma importante arma no processo de reestruturação do catolicismo nos anos posteriores à implantação da República. E no Rio Grande do Sul este processo desenvolveu-se de forma singular e muito significativa, graças à ideologia do governo castilhistas, que estimulava a iniciativa particular na área educacional.⁶

Dessa forma, são criados no estado, a partir da década de 1890, vários estabelecimentos de ensino católicos, dentre os quais, em 1894, a então Escola São Luiz Gonzaga, que foi a primeira instituição católica de ensino primário e secundário da cidade de Pelotas, obra do pioneirismo dos padres jesuítas⁷.

Os jesuítas chegaram à cidade em 1888. Nos primeiros anos, desenvolveram intensa atividade pastoral não só em Pelotas, mas, também, nos municípios vizinhos, encontrando condições adversas e pouca receptividade. Foi difícil a aceitação da atuação da Companhia de Jesus, não só nessa cidade, mas em toda zona da campanha gaúcha, devido à forte presença da Maçonaria e ao espírito anti-clerical reinante. Situação bem diferente da encontrada nas regiões de colonização alemã e italiana do estado, onde havia uma maior predisposição à aceitação das concepções *ultramontanas*.

Em Pelotas, nas primeiras décadas do regime republicano, em função de não estar consolidado de forma hegemônica o *ultramontanismo*, a Maçonaria teve ainda uma marcante participação política e social. Envolveu-se ativamente não só com problemas nacionais mas, também, com as aspirações e necessidades da comunidade, embora buscase congregar, principalmente, os interesses da elite pelotense e do que se pode considerar uma emergente classe média.

Dessa forma, os maçons, criaram, em 24 de outubro de 1902, o *Gymnasio Pelotense*, uma alternativa de ensino laico de elevada qualidade, destinado a camadas

⁶ Em AMARAL (1999) desenvolve algumas idéias sobre os interesses do governo positivista gaúcho no campo educacional. Ver sobre o assunto, entre outros, TAMBARA (1995), CORSETTI (1998) e GIOLO (1997).

⁷ A Companhia de Jesus dirigiu o Gonzaga até o ano de 1926, quando os Irmãos Lassalistas assumiram a sua direção, tarefa à qual se dedicaram até o ano de 2003, quando a Escola foi vendida para um grupo de empresários pelotenses.

mais abastadas da sociedade, e que se contrapunha ao Gonzaga, criado anos antes pelos jesuítas.⁸ A criação e manutenção desse estabelecimento de ensino pela Maçonaria só pode ser compreendida dentro do contexto de disputa político-ideológica em que estavam envolvidas essa Instituição e a Igreja Católica, nos últimos anos de século XIX e primeiras décadas do século XX. Convém lembrar que a educação era um campo estratégico na preservação e ampliação das áreas de influência de suas ideologias.

Nas primeiras décadas de sua existência, a formação escolar oferecida pelo Pelotense, assim como pelos demais estabelecimentos de ensino secundário do país, se constituía em um instrumento de manutenção do status social elevado e de ascensão a este status. Isto devido ao seu caráter seletivo e preparatório, subordinado às exigências dos cursos superiores e às próprias exigências impostas pelo governo federal através do mecanismo da equiparação ao Ginásio D. Pedro II. Dirigia-se aos que pretendiam realizar estudos superiores tendo em vista profissões liberais e carreiras políticas e burocráticas, ou seja, posições sociais que gozavam de alto prestígio.

Com relação à estrutura dessa escola, uma grande modificação foi ocasionada pela implantação da Lei Orgânica de 1911, proposta pelo ministro Rivadávia Correa, que era ligado ao Partido Republicano Rio-Grandense. Nessa legislação havia forte influência do ideal positivista de liberdade e de desoficialização do ensino. Através de um regime que concedia ampla autonomia aos estabelecimentos escolares, onde o ensino passava a ser livre, diversificado e flexível, a nova reformulação do ensino se impôs desestruturando ainda mais a escola brasileira. Esta Lei permitia, inclusive, que os estabelecimentos de ensino criassem cursos de ensino superior. Deixou de existir o sistema de equiparação ao Ginásio Nacional (D. Pedro II). Foram eliminados os privilégios escolares, representados no ensino secundário, pelas cartas de bacharel e pelos certificados de exames ginasiais

⁸ Atualmente ele é o Colégio Municipal Pelotense, maior escola municipal da América Latina, com mais de 3 alunos.

ou de preparatórios, que permitiam o ingresso no ensino superior aos estudantes do Ginásio Nacional ou instituições a ele equiparadas. Foi instituído o exame de admissão ao ensino superior, independente de certificados ou atestados de estudos secundários (NAGLE, 1974, p. 144 e 145). Isto significava que para ingressar nos cursos superiores bastava que o aluno fosse aprovado nos exames vestibulares, independente do seu grau de escolaridade.

A autonomia prevista por esta lei, serviu, também, para que a Congregação do Ginásio Pelotense fundasse três cursos de ensino superior: a Faculdade de Farmácia e Odontologia já no primeiro ano da vigência dessa lei e, no ano posterior, a Escola de Agrimensura e a Faculdade de Direito.⁹ A Maçonaria pelotense cogitou, também, da fundação de uma Faculdade de Medicina, que fosse anexa ao Ginásio. Deve-se ressaltar, ainda, que a Maçonaria tinha interesse em que a partir do Ginásio Pelotense e dos cursos superiores a ele anexados, se constituísse uma Universidade.¹⁰ Este fato demonstra o grau de adiantamento da cidade em assuntos relativos à educação, e a própria posição de vanguarda assumida pela Maçonaria pelotense, uma vez que a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, somente foi fundada pelo governo federal em 1920.

É possível deduzir que a criação destes três cursos de ensino superior, anexos ao Pelotense, serviu aos interesses maçônicos de atuação junto à formação profissional de um grupo que se consolidava na cidade nos primeiros anos deste século: os profissionais liberais. Nos cursos de Farmácia e Odontologia e de Agrimensura, privilegiava-se o método experimental, de caráter mais técnico, através de estudos

⁹ Já o Ginásio Gonzaga, em função da autonomia prevista pela “Rivadavia Correa”, aumentou a oferta de cursos primários e secundários e adotou um novo programa escolar. Este passava a contemplar, além do “*sólido preparo para os exames de admissão em qualquer academia do paiz*”, a necessária preparação prática para a carreira comercial, tendo em vista o amplo desenvolvimento desta atividade econômica na cidade de Pelotas (DIÁRIO POPULAR, 07.12.1911).

¹⁰ A criação dos cursos de ensino superior anexos ao Ginásio Pelotense é um assunto tratado com maiores detalhes em AMARAL (1999).

práticos bastante vinculados à realidade e à própria necessidade da comunidade. Já a Faculdade de Direito, através do desenvolvimento e domínio da retórica e do conhecimento das leis, encarregava-se da indispensável preparação da elite dirigente. Desta forma, eram atendidos os interesses de representantes da elite tradicional da cidade e do emergente grupo social ligado à indústria e ao comércio, que compunham a Maçonaria local.

A Faculdade de Farmácia e Odontologia, primeiro curso de nível superior do Ginásio, foi a “menina dos olhos” de seus fundadores. Manteve-se anexa ao Pelotense até os primeiros anos da década de 1920. Assim como a Faculdade de Direito (que no segundo ano de funcionamento desligou-se do Pelotense), é hoje uma importante unidade da Universidade Federal de Pelotas, criada em 1969. Já a Escola de Agrimensura teve duração efêmera, possuindo um número bastante reduzido de professores tendo formado poucos alunos.

Da mesma forma que o Pelotense, o Colégio Gonzaga tem importante papel na criação de cursos superiores que, anos mais tarde, deram origem à Universidade Católica de Pelotas. Em 1937 foi fundada, junto ao Gonzaga, a Faculdade de Ciências Econômicas, ministrando Cursos de Comércio de ensino secundário e superior. Em 1938, foram incorporados a essa Faculdade, os alunos da Escola Municipal de Comércio, instituição de ensino superior, que fora criada pela intendência municipal em 1920 e que funcionava junto ao Ginásio Pelotense. Tal fato se deu em função da lei proibitiva de acumulações que acabou por reduzir o corpo docente da Escola a dois únicos professores.

A Faculdade de Ciências Econômicas foi desvinculada do Gonzaga em 1955 e incorporada à Mitra Diocesana. Juntamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e

Letras e outros Cursos criados pelo bispo D. Antônio Záttera, deram origem à Universidade Católica de Pelotas, fundada em 1960.¹¹

Considerações finais

Em meados do século XX, em Pelotas, o Gonzaga e o Pelotense foram escolas que, através do ensino secundário e superior, serviram para consolidar o catolicismo e o laicismo no campo educacional numa época em que na cidade ainda eram explícitas as rivalidades entre católicos e anti-clericais e, em nível nacional, assistia-se ao embate de dois grupos antagônicos que propunham reformas na educação nacional: os católicos e os liberais (laicistas).

Portanto, a criação de cursos de ensino superior nessas duas instituições educacionais buscou preservar e ampliar a influência de ideais católicos e laicistas junto à classe dominante.

Bibliografia

- AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva Publicações, 1999. (Série História da Educação em Pelotas, nº 1).
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 8º ed. Brasília, DF: Editora UNB, 1995.
- CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo – A escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930). In: *História da Educação/ASPHE*. FaE/UFPel. Nº 4, set.1998. Pelotas. Ed. da UFPel.
- DIAS, Romualdo. *Imagens de Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil*, São Paulo, UNESP, 1996.

¹¹A Universidade Católica de Pelotas (UCPel) foi a primeira Universidade do interior do Rio Grande do Sul e a terceira a ser criada nesse estado. Na década de 1950, D. Antônio Záttera, demonstrando notável espírito empreendedor, criou os seguintes Cursos e Faculdades que deram origem à Universidade Católica de Pelotas (UCPel): Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1953); Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé (1954); Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas (incorporada pela Mitra diocesana em 1955); Colégio Comercial Universitário (1955); Cursos de Pedagogia e Didática (1956); Colégio de Aplicação de Pelotas (1957); Curso de Jornalismo (1958); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bagé (1958); Cursos de Filosofia e Pedagogia de Bagé (1959); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Grande (1960); Faculdade de Direito e Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Rio Grande (1960). Com o tempo os cursos e faculdades de Bagé foram incorporados pela FUNBA (Fundação Universidade de Bagé, hoje URCAMP) e os de Rio Grande pela FURG (Fundação Universidade de Rio Grande). (ZANOTELLI, 2000)

GILO, Jaime. *Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República*. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

MANUEL, Ivan, A Igreja e a educação feminina: 1859-1919, uma face do conservadorismo. UNESP, 1996.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação - Educação no Rio grande do Sul sob o Castilhismo*. Pelotas, RS: Ed. Universitária, UFPel, 1995

ZANOTELLI, Jandir João. *Universidade Católica de Pelotas – 40 anos*. Pelotas: EDUCAT, 2000.